

2

PANORAMA HISTÓRICO, POLÍTICO E SÓCIO-ECONÔMICO DE CABO VERDE

Este segundo capítulo trata de um apanhado geral sobre a história de Cabo Verde desde a sua descoberta entre 1460 e 1462, pelos navegadores portugueses, na altura das viagens de exploração marítima, até o período atual, pois é uma realidade pouco conhecida tanto a nível nacional como internacional.

O objetivo deste capítulo é de contextualizar o país no qual foi realizada a pesquisa, ressaltando alguns aspetos mais importantes da sua história, como o processo da luta pela libertação nacional, características demográficas da população, a organização política e a situação sócio-econômica. Estes aspetos nos ajudam a entender porque as questões que dizem respeito às crianças e adolescentes se configuram na forma como veremos nos capítulos que se seguem. Pois, a questão histórica pode ter uma influência considerável na forma como as crianças e os adolescentes são vistos e tratados.

2. 1

Panorama Histórico de Cabo Verde

Cabo Verde é um pequeno país insular, situado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 km da costa ocidental da África, em frente ao Senegal e aproximadamente a 2.890 Km de Portugal (ver o anexo nº 1).

O arquipélago é composto por dez ilhas e oito ilhéus, todos de origem vulcânica, que formam dois grupos distintos consoantes a posição dos ventos alísios do nordeste. O Barlavento reúne as ilhas de Santo Antão (ilha da realização da pesquisa), São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; enquanto que o Sotavento reúne as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. As principais cidades são Praia (ilha de Santiago), onde fica situada a sede do Governo, e Mindelo (ilha de São Vicente).

As principais ilhas do país são Santiago, no qual se concentra mais da metade da população total residente no país, cerca de 50,38% e São Vicente que representa cerca de 15,53% da população total residente no país. Santo Antão, a ilha da realização da pesquisa, é a terceira maior ilha do país (ver o quadro abaixo).

Distribuição da população residente por ilhas

ILHAS	POP. RESIDENTE	%
Santo Antão	47.042	10,88
São Vicente	66.671	15.43
São Nicolau	13.647	3,15
Sal	14.596	3,37
Boa Vista	4.206	0.97
Maio	6.740	1,38
Santiago	234.940	54,38
Fogo	37.355	8.64
Brava	6.792	1,57
Total	431.989	100%

Fonte: Censo 2000¹

A superfície total é de 4.033 Km², e a população é de aproximadamente 1 milhão, sendo que de acordo com o Censo 2000, 431.989 mil habitantes residem em Cabo Verde e os outros se encontram na diáspora. A língua oficial é o português, mas o dialeto local, o *crioulo*, é predominantemente falado em todas as ilhas, o que faz explicar a opção da pesquisadora em realizar as entrevistas e diálogos com os informantes somente no dialeto local.

O clima é tropical seco com duas estações: seca e úmida. As chuvas são irregulares e escassas, condicionadas pela passagem do vento quente e seco do deserto do Saara que aumenta a aridez e provoca secas prolongadas, de consequências nefastas tanto para a agricultura como para o equilíbrio ecológico.

“Devido aos efeitos causados pelas secas prolongadas, Cabo Verde foi incluído nos Países do Sahel², região africana ameaçada da desertificação que recebe apoio de programas de ajuda internacional para combater essa calamidade” (Varela, 1998, pg 9).

As expansões marítimas européia, iniciadas principalmente pelos portugueses, possibilitaram aos seus navegadores ter contato com a costa ocidental da África, território até então desconhecido, do que resultou no descobrimento das ilhas de Cabo

¹ Censo 2000 (recenseamento geral da população) – característica econômica da população.

² Grupo de países da África Ocidental, unidos na luta contra a seca e a desertificação.

Verde. As primeiras ilhas descobertas foram Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal, que fazem parte do grupo Oriental, em 1460. Estas ilhas foram descobertas pelos navegadores portugueses Antonio da Noli e Diogo Gomes que estavam a serviço do Infante D. Henrique. As ilhas da Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia, Santo Antão, e os ilhéus Rasos e Brancos, que fazem parte do grupo Ocidental foram descobertos entre 1460 e 1462. Estas últimas ilhas foram encontradas pelo navegador português Diogo Afonso, que na altura estava viajando com o navegador Antonio da Noli para povoar as primeiras ilhas encontradas.

No que se refere aos primeiros habitantes das ilhas, não existe um consenso, isso porque apesar dos portugueses afirmarem que quando chegaram, encontraram as ilhas desabitadas e desertas, existem relatos de viajantes que dizem o contrario, pois afirmando que as ilhas eram habitadas por negros oriundos da Costa do Senegal e por Árabes e Mouros.

Neste sentido, Andrade diz que,

“(...) encontram-se referencias à presença de grupos humanos em Cabo Verde antes da chegada dos portugueses, nos principais escritos dos finais do século XVIII. Em 1784, um anônimo escrevia que esta ilha (Santiago) foi encontrada habitada por muitos homens negros. Segundo a tradição, foi o rei Jalofo que devido a um levantamento, teve de fugir do seu país com toda a família para se refugiar em Cabo verde, na costa continental (península do Senegal) (...)” (Andrade, 1996, pg 34).

Quanto ao povoamento das ilhas de Cabo Verde o que se sabe é que foi iniciada com os negros africanos trazidos como escravos pelos portugueses, africanos livres e comerciantes. Nesse sentido, Andrade escreveu que,

“no povoamento das ilhas não houve apenas escravos; também existiam negros livres como os banhuns, cassangas e Brames, que acompanhavam espontaneamente os comerciantes, os mercenários e os capitães de navios; muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns iam a Santiago para serem cristianizados” (Andrade, 1996, pg 42).

Essa diversidade de povos que povoaram as ilhas até então descobertas juntamente com a distância que separava o arquipélago da metrópole (Portugal), como também as dificuldades de se comunicarem, devido às condições de navegação da época, possibilitaram um processo de mestiçagem nas ilhas que atinge cerca de 90% da população.

Devido a sua posição geográfica no meio do Oceano Atlântico, Cabo Verde tornou-se um ponto de parada estratégico para o abastecimento de água e de alimentos e num entreposto comercial, inclusive de escravos. Isso fez com que Cabo Verde desempenhasse um papel importante para a navegação marítima e aérea porque se situa no cruzamento que liga os três continentes banhados pelo Atlântico: Europa, África e América.

Para fugir de uma colonização dolorosa que demorou cerca de cinco séculos, nos anos de 1950 começou o processo de luta pela Libertação Nacional que terminou com o surgimento de novos Estados Africanos. O movimento pela Libertação Nacional aconteceu em todas as colônias Africanas, e tinha como objetivo maior colocar fim ao colonialismo e reivindicar independência política, cultural e social que, até então, era negada a esses povos.

É necessário realçar que a conjuntura internacional que se vivia nesse período (1950) favoreceu o surgimento de outra política colonial que contribuiu para que emergisse no seio dos Caboverdianos uma possibilidade de luta para conseguir a sua independência. Deste modo, os intelectuais Caboverdianos, que na sua maioria estudavam em Lisboa - Portugal, liderados pelo Amílcar Cabral, começaram a se reunir com o objetivo de criar um movimento de luta juntamente com outros companheiros africanos visando a independência nacional. Esses intelectuais que criaram o movimento de luta ficaram conhecidos como *“pequena burguesia revolucionaria”* (Fernandes, 2002, pg 150).

Este grupo constituído por Amílcar Cabral, e mais cinco companheiros (estudantes em Lisboa) fundou em Setembro de 1956, em Guiné Bissau, o Partido Africano para Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC). O objetivo principal era reivindicar o direito de autodeterminação, independência e a unidade dos dois povos (Guiné Bissau e Cabo Verde).

Amílcar Cabral, ideólogo e estrategista, conhecido como principal líder do movimento da luta pela independência de Cabo Verde e de Guiné Bissau, além de permitir que os dois povos forjassem a sua liberdade e dignidade, possibilitou a afirmação desses países no plano internacional.

O movimento da libertação nacional dirigida pelo PAIGC contra o governo colonial português, além de ter como objetivo principal a libertação dos dois povos, também pretendia que Cabo Verde e Guiné Bissau se tornassem um único país e com uma só luta, uma vez que os fundadores do PAIGC eram descendentes de

Caboverdianos e Guineenses. Outro motivo é que os dirigentes de Cabo Verde e Guiné Bissau se consideravam historicamente vinculados, na medida em que tiveram uma experiência de complementaridade econômica e administrativa que remota aos anos de 1550. Cabe dizer que a unificação com a Guiné Bissau foi rompida em 1981 na sequência de um golpe de estado na Guiné Bissau. Com isso o PAIGC em Cabo Verde se tornou o PAICV (Partido Africano de Independência de Cabo Verde).

2. 2

Organização Política

Após a Independência Nacional em 5 de Julho de 1975, a formação do Estado foi desenvolvida pelo PAIGC, que liderou toda a luta da libertação nacional tanto de Guiné Bissau como de Cabo Verde. Este partido governou Cabo Verde até 1981, altura em que ocorreu o golpe de estado em Guiné Bissau. Em consequência disso, houve uma cisão no interior do PAIGC o que possibilitou a separação dos dois países. A partir desta data Cabo Verde foi governado pelo PAICV.

O governo de PAICV durou cerca de quinze anos e ficou conhecido como regime de partido único de tendência socialista, na medida em que não era permitida a existência de outros partidos políticos. Este governo tinha como prioridade criar as bases para o desenvolvimento do país, principalmente nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura.

Com as mudanças na política a nível mundial e o processo de democratização dos países Africanos, em 1990 deu-se a abertura política em Cabo Verde, que possibilitou o surgimento de novos partidos políticos, como Movimento Para Democracia (MPD) liderado pelo Dr. Carlos Veiga. Desse modo, surgiu um novo ator político no cenário nacional.

De acordo com Programa de Cooperação (2002), *“depois de 15 anos de monopartidarismo o processo de democratização de Cabo Verde foi iniciado em Fevereiro de 1990 com uma declaração política a que se sucedeu um amplo movimento popular”* (Programa de Cooperação, 2002, pg 23).

Depois de várias negociações entre o PAICV, partido no poder e o MPD, a oposição, foram marcadas as primeiras eleições democráticas multipartidárias no país, que foram realizadas no dia 13 de Janeiro de 1991.

“Foi neste contexto que o Movimento Para a Democracia (MPD) venceu as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1991, com maioria qualificada, e foram organizadas as primeiras eleições municipais. Em 1992, a Assembleia Nacional aprovou uma nova Constituição que consagra o Estado de Direito Democrático. Em Cabo verde vigora assim um regime de Democracia Parlamentar Pluralista conforme o figurino previsto na Constituição promulgada em 1992. Os Órgãos da soberania são o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais” (Programa de Cooperação, 2002, pg 24).

Desta eleição o PAICV saiu claramente derrotado, e com isso colocou-se fim ao período do partido único (1975 – 1990), e iniciou-se o sistema do pluripartidarismo e democracia marcado pela conquista dos direitos principalmente civis, políticos, liberdade de expressão e de imprensa, liberdade de associação, manifestação e direito a greve.

O novo governo, liderado por Dr. Carlos Veiga (Primeiro Ministro) e Antonio Mascarenhas Monteiro (Presidente da Republica) definiu os rumos do país apostando fortemente na abertura da economia Caboverdiana aos investidores estrangeiros.

Também nessa mesma década alguns partidos que já existiam ganharam força e visibilidade como, por exemplo, União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID), como também surgiram outros partidos políticos como o Partido Social Democrático (PSD), Partido da Convergência Democrática (PCD) e o Partido da Renovação Democrática (PRD). Estes dois últimos surgiram devido às divergências ocorridas no interior do MPD.

Depois de dois mandatos (10 anos) o MPD saiu derrotado nas eleições de 2001, pelo PAICV principal partido da oposição liderado pelo Dr. José Maria Neves. Desta eleição o PAICV conseguiu a maioria absoluta no parlamento com 42 deputados e o MPD com 30 deputados, que dá um total de 72 deputados que compõem o parlamento Caboverdiano.

Em Janeiro e Fevereiro deste ano (2006) foram realizadas eleições legislativas e presidências no qual o PAICV, liderado pelo Dr. José Maria Neves foi reeleito com a maioria absoluta. Isso vai lhe possibilitar governar o país por mais 4 anos, assim como o candidato a Presidente da República por ele apoiado, o Comandante Pedro Pires, que também foi reeleito.

De acordo com a Constituição em vigor desde setembro de 1992, Cabo Verde é uma República Democrática multipartidária, sendo o chefe de Estado o Presidente da

República. O tipo de governo é República parlamentar com um equilíbrio razoável entre o Primeiro Ministro e o Presidente da República, e com alguma descentralização interna a nível autárquico. O poder executivo é exercido pelo Primeiro Ministro e pelo Conselho de Ministros.

Como acabamos de ver Cabo Verde é um país jovem, pois tem apenas 31 anos de independência, sendo que os primeiros 15 anos foram no sistema de partido único. Isto tem uma implicação direta nas questões que envolvem as crianças e adolescentes do país, tendo em conta que durante muito tempo as questões que dizem respeito à camada jovem da população não eram prioridade, e sempre foram colocados num segundo plano.

2.3 **Características Demográficas**

Segundo o estudo estatístico realizado no país, têm sido verificadas algumas oscilações no que se refere à evolução da população. Cabe aqui destacar o período de 1940 e 1970 que foram as décadas que registraram um crescimento populacional negativo. Durante a década de 40 ocorreu no país um período de seca prolongada devido à falta de chuva. Essa seca levou a uma redução da população, pois um número considerável de pessoas morreu nesse período. Este período ficou conhecido como “*a fome de 47*” porque grande maioria da população dependia da agricultura para a sobrevivência e, com a falta da chuva, as famílias passaram por um período de grande dificuldade. Neste sentido o crescimento foi de apenas 1.9%.

A década de 70 também ficou conhecida como um período de redução da população porque foi nessa década que ocorreu a expansão da emigração Caboverdiana, sobretudo para os países Europeus. Esta tendência se intensificou a partir da década de 80, pois a emigração passou a ser vista como uma alternativa de sobrevivência e busca de melhores condições de vida. Com isso, o crescimento populacional foi de apenas 0.9%

Nos anos 90, apesar da redução da taxa de fecundidade no país, houve um crescimento populacional de 2.4%. Isso aconteceu devido à contenção do fluxo migratório derivado das políticas de emigração restritivas levadas a cabo pelos países de acolhimento.

Segundo os dados do Recenseamento Geral da População e da Habitação de 1990 (o segundo realizado no país) a população residente no país na época era de 341 mil habitantes, dos quais 171.000 eram do sexo masculino e 170.000 do sexo feminino, desigualmente distribuído pelas nove ilhas habitadas. O censo de 2000 (o terceiro realizado no país), mostra que existia em Cabo Verde, na época da realização Censo, cerca de 432 mil habitantes, dos quais 208 mil (48%) eram do sexo masculino e 224 mil (52%) eram do sexo feminino.

Em 2002 os dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) mostraram que residiam no país cerca de 470.678 indivíduos, e mais de 500 mil Caboverdianos residiam no exterior. É de realçar ainda que a demografia Caboverdiana é caracterizada por um forte desequilíbrio regional entre as nove ilhas habitadas. Isso porque existe uma forte concentração da população nas ilhas de Santiago (54.4%), São Vicente (15.2%) e Santo Antão (10.8%) que são as principais ilhas do país, representando juntas cerca de 80.4% da população total, enquanto que nas outras ilhas como, por exemplo, a ilha de Boa Vista, Brava e Maio tem cerca de 1.1% , 1.5% e 1.6% respectivamente (INE, 2002)

O INE, mostra ainda que existe um forte crescimento populacional nos principais centros urbanos do país (Praia, São Vicente e Sal), que é uma característica marcante da evolução demográfica das três últimas décadas. Segundo esta mesma fonte enquanto a população do país aumentou 46% entre 1980 e 2000, a cidade da Praia que é o maior centro urbano, registrou-se um aumento de 82%. Em São Vicente o aumento foi de 60% e na ilha do Sal o aumento foi de 150%. Este crescimento não diz respeito apenas ao crescimento natural do país, mas sim devido principalmente ao êxodo rural. Isso se explica pelo fato de que é nos três principais centros urbanos que se concentram as melhores oportunidades de emprego e serviços tanto públicos como privado. Com isso, a taxa de urbanização que era de 28.6% na década de 80 passou para 44% na década de 90. Em 2000, esta taxa aumentou para 53.7% e em 2002 foi de 55.1%.

O crescimento acelerado da urbanização teve conseqüências negativas para as áreas da educação, saúde, saneamento, habitação e emprego uma vez que as infra-estruturas sociais não acompanharam a evolução do crescimento destes centros urbanos. Essa situação não possibilitou a inserção de todos os que se deslocaram para estas ilhas à procura de trabalho, contribuindo assim para o aumento do índice da pobreza das famílias e dificultando cada vez mais as suas condições de vida. O desemprego associada ao agravamento da situação de pobreza em que se vive uma parte das famílias

dos principais centros urbanos, contribuem, como vamos mostrar no capítulo IV, para que algumas crianças e adolescentes vão para a rua a procura de meios para sua sobrevivência.

O estudo realizado pelo ICM intitulado “*a situação de vulnerabilidade das crianças em situação de rua em Cabo Verde face ao vírus da SIDA*” (2005), no qual foram entrevistados 663 crianças e adolescentes em situação de rua nos principais centros urbanos do país, também mostrou ser a situação de pobreza da família um dos motivos que os impeliram para a rua.

O crescimento acelerado dos três principais centros urbanos contribuiu também para a estagnação de algumas ilhas como a ilha da Brava, São Nicolau e Santo Antão, pois estas ilhas são as mais pobres e atrasadas economicamente, o que deixa a população numa situação muito delicada. É nestas ilhas também que se regista a mais alta taxa de pobreza e analfabetismo. Devido à situação de extrema pobreza que se encontra as famílias da ilha de Santo Antão algumas crianças e adolescentes acabam por serem atraídas pela rua uma vez que podem conseguir dinheiro e comida para sua sobrevivência e da sua família como mostra a nossa pesquisa que foi realizada nesta ilha.

No que se refere à distribuição da população por grupo etário o Censo 2000 mostra que a população é caracterizada como uma população muito jovem. Pois, cerca de 42% da população tem menos de 14 anos de idade e mais da metade, cerca de 53.5%, tem idade inferior a 20 anos e ainda mais de 2/3 (68%) da população tem menos de 30 anos de idade. Este fato se constitui como um desafio para o Governo de Cabo Verde no que se refere ao desenvolvimento de políticas de educação, formação profissional, saúde, habitação e emprego. Cabe destacar que, a população com mais de 60 anos de idade representa cerca de 8.6% da população total. Esta percentagem se mantém estável desde a década de 90.

A expectativa de vida que na década de 90 era de 63 anos, em 2000 passou para 71 anos, sendo que para mulheres é de 75 anos e para homens é de 67 anos. Essa evolução se explica pelo fato de ter ocorrido uma redução da mortalidade resultante da melhoria das condições de vida e o maior acesso da população aos serviços de saúde.

2. 4

Situação Econômica: 1975 a 2006

Cabo Verde é um pequeno Estado Africano que tem a particularidade própria dos pequenos Estados, o que não pode ser ignorado na análise da sua estrutura política, social e principalmente econômica. Pois por ser um pequeno Estado, a sua economia é aberta e com forte dependência do comércio e da ajuda externa, assim como das remessas dos emigrantes que estão na diáspora. Tem algumas dificuldades em atrair investimentos externos, e o setor público é o principal empregador num mercado de trabalho formal limitado.

A economia do país, em virtude do clima desértico em todo o território, ressentese de uma carência generalizada de recursos naturais, tornando-se bastante dependente de importações, sobretudo de produtos alimentares e bens de equipamento, e da ajuda externa. Segundo Grassi,³ *“a situação econômica de Cabo Verde é caracterizada pela escassez de recursos naturais devido a sua situação geográfica e climática, que determina uma atividade agrícola muito precária”* (Grassi, 2003, pg 108). Deste modo, a economia Caboverdiana enfrenta alguns problemas e restrições que colocam algumas dificuldades para o seu desenvolvimento.

Esses problemas são decorrentes de um conjunto de constrangimentos estruturais como, por exemplo, a falta de recursos naturais, forte pressão da população sobre estes meios, reduzida dimensão territorial, insularidade, descontinuidade territorial, escassez de recursos hídricos, secas prolongadas, reduzido potencial de terra cultivável, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, forte ritmo de crescimento demográfico, exigüidade do mercado de trabalho, pobreza, fome, e as heranças coloniais, que são evidentes no país.

Neste sentido, Grassi diz que a

“independência encontra a economia de Cabo Verde ancorada na estrutura sócio-econômica herdada do modelo colonial de desenvolvimento, a qual apresenta um profundo atraso. Na ausência de atividades produtivas do setor público, o setor privado era essencialmente formado pela agricultura, pesca e construção civil

³ Marzia Grassi, é uma economista portuguesa e investigadora de contextos Africanos. Realizou sua pesquisa de doutorado em Cabo Verde, cujo objetivo foi de analisar o comportamento dos comerciantes informais designados de *“rabidantes”*, majoritariamente mulheres, do setor informal Caboverdiano. A sua tese de Doutorado resultou no livro cujo título é: *Comércio espontâneo, transnacional em Cabo Verde*”.

segundo moldes tradicionais e obsoleto, dominando uma lógica de subsistência bloqueadora de qualquer processo de acumulação conseqüente” (Grassi, 2003, pg 108).

Afonso compartilha da mesma opinião ao afirmar que

“no momento da independência a sociedade Caboverdiana continuava com um fraco desenvolvimento das forças produtivas. Apresentava uma economia de mercado atrasada e limitada às poucas áreas urbanas e o predomínio de uma economia de subsistência, condicionada a evolução social e o desenvolvimento de classes sociais” (Afonso, 2002, pg 90).

Cabe dizer ainda que o desenvolvimento de Cabo Verde tem sido marcado, nas ultimas décadas, por avanços e recuos resultantes da vulnerabilidade econômica do país, da sua pobreza em termos de recursos naturais, de uma fraca base produtiva e uma forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos, pois o peso da ajuda pública externa ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes torna-se fundamentais para sustentar a economia.

De acordo com o documento Programa de Cooperação (2002),

“uma das fragilidades da economia Caboverdiana, que constitui ao mesmo tempo um indicador da grande vulnerabilidade do país, é o seu grau de dependência de fluxo financeiro externo volátil, designadamente a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e as remessas dos emigrantes. Em conjunto, estas duas fontes de recursos externos representavam em 2001 cerca de 26% no PIB (APD 12%; Remessas 14%). Na primeira metade da década de 90 o seu peso relativo situou-se entre 35% e 55% o que demonstra a sua grande importância para a manutenção dos equilíbrios nas esferas econômica e social (Programa de Cooperação, 2002, pg 28).

Cabo Verde tem uma superfície utilizável economicamente muito limitada e sem riquezas minerais significativas. A agricultura é caracterizada pela extrema dependência das chuvas, que são fracas e mal distribuídas no tempo e no espaço. Deste modo, isso acaba por se tornar um grande problema do país, na medida em que a produção agrícola, por depender basicamente das chuvas, não garante a segurança alimentar da população. Os recursos do mar são potencialmente importantes, mas o seu aproveitamento ainda é pouco significativo.

Os principais setores e sub-setores da economia Caboverdiana são o do setor terciário, em particular o Comércio (pelo seu peso no PIB), os Serviços Governamentais (pelo seu impacto); as Comunicações (pela sua dinâmica); a Construção Civil (pelo seu

impacto); e a Agricultura (pelo seu peso e importância estratégica na criação de emprego, fixação das populações e redução da pobreza) apesar de escassez das chuvas.

Conforme nos mostra Grassi,

“o setor serviços, em particular o comércio, é o setor mais produtivo e continua a ser, ainda hoje, o principal impulsionador da economia. O comércio grossista e retalhista e a utilização dos portos e aeroportos internacionais constituem atividades de grande importância” (Ferreira, 1998 apud Grassi, 2003, pg 108).

Neste contexto, pode-se afirmar que o futuro da economia Caboverdiana encontra-se no setor de serviços, sendo o desenvolvimento dos serviços internacionais a vertente privilegiada. Há que se destacar o setor turismo como a área de maior potencial, e que pode dar uma maior contribuição para o desenvolvimento do país, uma vez que, este é um setor que está crescendo muito em Cabo Verde devido à própria condição geográfica e climática que permite o seu desenvolvimento e atrai investimento externo.

Sem dúvida desenvolver o turismo em Cabo Verde é importante, mas é necessário ter alguns cuidados principalmente no que diz respeito à população infanto-juvenil. Isso porque a realidade nos mostra que a presença de turista nas ruas dos principais centros urbanos do país, acaba por atrair as crianças e os adolescentes para as ruas. A pesquisa que realizamos na ilha de Santo Antão nos chama a atenção para esse fato, tendo em conta que observamos crianças e adolescentes nos principais pontos turísticos da ilha pedindo dinheiro. As crianças e os adolescentes entrevistados mostraram que as pessoas que mais dão dinheiro para eles são os turistas, o que, no ponto de vista deles, é bom, mas ao mesmo tempo dizem que sentem medo dos turistas porque eles podem levá-los para outros países e vendê-los como iremos ver nos capítulos IV.

É extremamente necessário que as autoridades do país tomem medidas que possa dar um mínimo de segurança e proteção à população infanto-juvenil, uma vez que as crianças e adolescentes por estarem numa situação de vulnerabilidade social podem ser facilmente iludidas e vítimas da exploração sexual, abusos e tráfico.

A política econômica que vem sendo adotada pelo Governo de Cabo Verde é marcada principalmente pelas profundas mudanças na estrutura do funcionamento da economia Caboverdiana, por causa da liberalização e privatização de importantes ramos da atividade econômica, como também a emergência de novos protagonistas.

Devido às mudanças que aconteceram na economia, em 1999 o Conselho de Ministro aprovou um conjunto de medidas jurídicas entre eles o Decreto-Lei nº. 399, de 1 de Fevereiro, que liberaliza totalmente as importações, face ao fenómeno da crescente globalização da economia e, particularmente, do comércio internacional. Assim, esse instrumento jurídico vem consagrar

“o fim do processo de liberalização gradual do sistema de plafond iniciado em 1992, abrindo desta forma novas perspectivas para os operadores económicos e para os consumidores e criando condições para um funcionamento pleno das regras de sã concorrência entre os diferentes agentes económicos no mercado” (Monteiro, 2001, pg 51).

Segundo INE, em 1998 o PIB per capita foi de 1.200 dólares Americanos e em 2002 aumentou para 3.233 dólares. Segundo esta mesma fonte o crescimento anual é de 6%. A taxa de inflação em Cabo Verde é irregular, na medida em que em 1990 foi mais de 10%, em 1994 caiu para 3,5%, em 1995 subiu para 8,4%, em 1997 chegou a 8%. Apesar destas constantes variações, nos últimos anos a situação macroeconómica tem-se caracterizado por uma baixa taxa de inflação e segundo os dados estatísticos de 2002 a taxa de inflação foi de 4%.

No entanto, pode-se dizer que na década de 90, a economia Caboverdiana beneficiou-se do crescimento dos investimentos externos, sobretudo no setor bancário e no setor hoteleiro, com a venda a grupos estrangeiros (normalmente de Portugal) de suas principais empresas estatais e de 80% de seu sistema financeiro, bem como com o crescente fluxo de remessas da população emigrada. Mas por outro lado, verifica-se uma diminuição da ajuda externa por parte de alguns doadores, que, em vista do crescimento da renda per capita no país, tendem a restringir os montantes de sua cooperação financeira.

É de realçar ainda que Cabo Verde conseguiu passar para a comunidade internacional a imagem de um país bem administrado politicamente, apesar de ter pouco recurso. No entanto, enfrenta o desafio de persuadir seus parceiros a manter os níveis atuais da ajuda económica e reverter esta tendência de diminuição dos financiamentos atualmente oferecidos.

Além da ajuda das Organizações Internacionais como o Banco Mundial, Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e a União Europeia, Cabo Verde tem mantido negociações com o FMI, visando inclusive o saneamento da dívida pública do país.

Como consequência do Governo do Partido Africano da Independência de Cabo Verde, que este ano (2006) iniciou o seu segundo mandato, o país está vivendo uma

nova conjuntura econômica determinada pela passagem de Cabo Verde para País de Desenvolvimento Médio.

Apesar da população Caboverdiana ser considerada como o principal recurso do país, existe ainda um número considerável de analfabetos, pois cerca de 22% da população em idade ativa é analfabeta e têm um baixo nível de qualificação técnica e formação profissional (Censo 2000). O analfabetismo e o baixo nível de qualificação profissional são as duas principais causas do desemprego que atinge as famílias mais pobres do país. Podemos dizer que a população infanto-juvenil são as principais vítimas desta situação, na medida em que se encontram numa situação delicada como veremos em seguida.

2. 5 Situação Social

Uma das principais características da situação social de Cabo Verde é a pobreza que é de natureza fundamentalmente estrutural e se encontra articulada a fragilidade da base produtiva e as próprias características econômicas do país. A estrutura produtiva não consegue gerar empregos suficientes que possam absorver a mão-de-obra disponível que na sua maioria é pouca qualificada.

Os estudos estatísticos realizados no país apontam o desemprego como a principal causa da pobreza do país, assim como a degradação do meio ambiente, provocada pela escassez da água e da erosão dos solos que se reflete na prática da agricultura de subsistência. Apesar de esta prática constituir-se como principal meio de sobrevivência da população ela é incapaz de alimentar a população que depende dela.

Segundo o estudo estatístico “*Perfil da Pobreza em Cabo Verde*”, em 2002 residiam no país cerca de 470.687 indivíduos distribuídos por cerca de 95.000 agregados familiares⁴, e cada agregado corresponde a um alojamento. Destes agregados familiares cerca de 27.000 (28%) são pobres. Dos 27.000 agregados familiares pobres de Cabo Verde 13.000 (14%) são muito pobres.

⁴ O Instituto Nacional de Estatística define agregados familiares como um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo teto, mantendo em comum um mesmo orçamento para a satisfação das necessidades essenciais do agregado, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário (Características Socio-Demográficas da População, 2002, pg 9).

Segundo esta mesma fonte residia no país cerca de 173.000 pobres que correspondia a 37% da população, destes pobres cerca de 89.000 eram mulheres e 84.000 eram homens. Cabe frisar que a população pobre era considerada muito jovem e tinha um peso considerado de dependentes, ou seja, de crianças com menos de 15 anos (49%) e de pessoas idosas com 65 anos ou mais (6%). Deste modo, dos 173.000 pobres, cerca de 84.000 tinham menos de 15 anos e cerca de 10.000 tinham 65 anos ou mais.

A falta de instrução e a falta de formação profissional também foram consideradas como um importante fator da pobreza uma vez que os estudos mostram que a maioria das pessoas que eram pobres e desempregadas tinha nível de instrução muito baixo. Os dados estatísticos mostravam que dos 155.000 (85%) dos pobres de idade igual ou superior a 4 anos tinham pouca qualificação. Isso porque dos 155.000 pobres, 37.000 não tinham instrução e 94.000 tinham apenas ensino básico.

O estudo ainda mostra que dos 27.000 agregados familiares pobres cerca de 26.000 (98%) eram chefiados por pessoas que tinham pouca qualificação ou instrução, pois 42% dos agregados familiares pobres não tinham nenhuma instrução e 56% tinham apenas o ensino básico.

É de realçar que este estudo também mostra que a população ativa do país era de 166 mil dos quais 89 mil (54%) era do sexo masculino e 77 mil (46%) do sexo feminino. Dos ativos, cerca de 130 mil encontravam-se empregados e 36 mil desempregados. Os dados do estudo mostram que cerca de 1/3 da população ativa era pobre e que a taxa de desemprego tinha maior incidência na camada mais pobre da população. Isso porque, enquanto que para a população total, o desemprego era de 22%, para os pobres, esta mesma taxa era de 33% e para os não pobres era de 16%. O desemprego, cuja causa profunda estava articulado às limitações estruturais da economia do país, foi um dos elementos caracterizadores da situação social do país.

A pesquisa que realizamos na cidade de Porto Novo também mostra essa realidade, na medida em que as informações dadas pelas crianças e adolescentes nos levam a pensar que as suas famílias viviam nessas situações. Isso porque, a maioria dos pais dos nossos informantes era analfabetos e estavam desempregados. Estas famílias sobreviviam da realização de pequenos bicos no setor informal, que não satisfazia as suas necessidades básicas. Esta situação vivida pela família acaba contribuindo para que algumas crianças e adolescentes procurem na rua a satisfação das suas necessidades imediatas como veremos no capítulo IV.

No que diz respeito à distribuição do emprego no país, podemos dizer que o emprego se concentra nos seguintes setores: o setor primário (agricultura em sentido amplo) absorve cerca de 24% da população empregada; o setor secundário (indústrias, produção e distribuição de eletricidade, gás e água, construção civil) emprega cerca de 20%; o setor terciário é o principal empregador do país com 57% do total dos empregos. Cabe dizer que este é o único setor que emprega mais mulheres do que homens.

Os ramos da atividade que asseguram maior volume de emprego no país são os serviços governamentais, com 29 mil empregos; a agricultura, que ocupa 28 mil; o comércio, com 22 mil e por último a construção civil com 16 mil. O emprego das mulheres concentra-se principalmente no comércio seguido pela agricultura e serviços governamentais.

No que refere à distribuição da pobreza por ilha, existe uma grande disparidade entre elas. Isso mostra claramente o peso populacional que cada uma das ilhas tem. A ilha de Santo Antão (local da realização da pesquisa), concentra cerca de 16% dos pobres do país. Esta é considerada a ilha que tem maior índice de pobreza, tendo em conta que 54% da população desta ilha vivem com menos de 43.250 escudos Caboverdianos por ano (cerca de \$450 dólares Americano que equivale a mais ou menos 963 reais).⁵

Em Cabo Verde, a pobreza tem maior expressão no meio rural do que no meio urbano. Cerca de 51% da população que vive no meio rural é pobre e apenas 25% da população do meio urbano é considerado pobre, ou seja, dos 173 mil pobres do país 62% se concentrava no meio rural e 38% no urbano.

Segundo a mesma fonte, 10% da população mais pobre do país tinham apenas 1% do rendimento; 70% dos agregados familiares representavam apenas 28% da despesa per capita e os últimos 10% mais ricos da população representavam sozinhos 47% da despesa total.

É de realçar que os dados mostram o alto grau de desigualdade socioeconômica existente no país assim como o nível de concentração de rendimento e de riqueza nas mãos de uma pequena parte da população. Isso porque os 10% dos agregados familiares com maiores despesas per capita, tinham um nível de despesa 12 vezes superior aos dos 10% mais pobres. E as despesas dos 20% mais ricos eram 5 vezes superiores às

⁵ Segundo o Instituto Nacional de Estatística os critérios utilizados para definir os limites da pobreza no país se baseiam na medida da despesa per capita, sendo considerados pobres os que têm um nível de despesa inferior a dois terço da media (43.250), e muito pobres e os que se situam abaixo de quarenta e sete por cento da media (28.833).

despesas dos 20% mais pobres. Esta realidade é parecida com a vivida no Brasil, país no qual a desigualdade socioeconômica é gritante, o que faz com que a grande maioria da população viva numa situação de pobreza, tendo em conta que a renda produzida não é redistribuída.

Os estudos estatísticos também mostram que um dos traços mais salientes do perfil da pobreza em Cabo Verde é a sua incidência na mulher, isso porque 44% dos agregados familiares de Cabo Verde eram chefiados por mulheres, taxa essa considera muito elevada. Dos 44% das famílias chefiadas por mulheres 32% se situam a baixo da linha da pobreza e 16% eram muitos pobres.

Esta realidade também aparece na nossa pesquisa, uma vez que a maioria das crianças e adolescentes entrevistadas apontaram a mãe e/ou a avó (materna) como chefe da família. As crianças e adolescentes entrevistadas na sua maioria eram filhos ilegítimos, ou seja, “*filhos de fora*” que estão sobre a responsabilidade das suas mães. Essa mulher por estar desempregada recorre às avós, que vivem praticamente de uma pensão ou da ajuda de um filho que se encontra em outro país. A situação de pobreza no qual vivem as famílias tem implicação direta na vida das crianças e adolescente entrevistadas, pois algumas delas sentiam na obrigação de ajudar em casa. Deste modo, a rua se configura como uma alternativa viável para algumas crianças e adolescentes, tendo em conta que na rua conseguem dinheiro e comida através da prática da esmola e prestação de pequenos serviços.